

EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DA PEDAGOGIA CAPITALISTA E A BUSCA POR UMA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO.

Eliete Ramos de Souza¹

Aluna do Curso de Especialização
em Ensino de Sociologia - UEL

E-mail: eliete-ramos@hotmail.com

Resumo

Neste texto procuramos discutir o papel da educação escolar em nossa sociedade. Julgamos esta análise necessária, porquanto entendemos que a Educação Básica, da forma que se encontra organizada, não é suficiente para garantir a formação do cidadão/trabalhador. Por isso, nesta pesquisa tentaremos responder aos seguintes questionamentos: Qual o papel da escola pública no contexto atual? Qual o papel da educação básica? A escola prepara para quê? Para realizar essa pesquisa optamos por trabalhar com discussão e pesquisa bibliográfica e com análises de documentos. Durante as investigações nos deparamos com dados que revelaram algumas contradições que acompanham esta modalidade de ensino desde o seu nascimento, e desse modo, contribuem para a reprodução dos interesses dominantes nas sociedades capitalistas, levando a classe trabalhadora a submeter-se ao que está posto. Também traz, a partir da proposta socialista de educação, uma alternativa a esta concepção de ensino, uma vez que esta proposta vislumbra uma formação que perita ao homem desenvolver suas capacidades plurais para intervir no mundo e promover a transformação da sociedade. E desse modo apresenta propostas pedagógicas que estão sendo trabalhadas nessa perspectiva de formação para o desenvolvimento humano e profissional do trabalhador. As conclusões a que chegamos indicam que a formação humana plena apresentada pela proposta socialista não será alcançada na sociedade capitalista. Contudo, a busca por uma formação de qualidade deve figurar entre as prioridades sociais, se desejamos uma melhor qualidade de vida e da sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Sociedade. Formação Humana.

¹ Este texto é uma adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, em 2009. Orientado pela Prof^a Dr^a Eliane Cleide da Silva Czernisz.

A escola, como sabemos, nasceu com a função de preparar os jovens para atuar na sociedade e para o desenvolvimento de atividades produtivas. Contudo, a educação escolar na atualidade tem sofrido severas críticas tanto da população em geral quanto das autoridades e representantes sociais. Estas críticas estão relacionadas a ineficácia da escola em preparar o cidadão-trabalhador.

Se há, por um lado críticas a formação que vem sendo feita, por outro é possível constatar em algumas obras como na de Ferretti, Silva Junior e Oliveira (1999) e a de Kuenzer (1998a) que a educação no atual contexto vem servindo aos interesses capitalistas, atendendo aos objetivos de formar com uma base valorativa voltada ao mercado; cujos princípios se fundamentam também no ideário neoliberal. O entendimento que temos é que a escola deve formar o ser humano, por isso, não deve focar apenas uma das necessidades do indivíduo, que é a formação profissional, pois o desenvolvimento completo do cidadão abrange outros aspectos de sua vida, como: a aquisição dos conhecimentos histórico e cultural que lhe permita compreender e posicionar-se na sociedade.

Deste modo questionamos: Qual o papel da escola pública no contexto atual? Qual o papel da educação básica? A escola prepara para quê?

A importância em realizar essa pesquisa sobre a educação escolar e as relações sociais de produção é de extrema necessidade, pois a cada dia que passa torna-se notória a subordinação da educação aos interesses do mercado; vemos a educação sendo direcionada para um determinado fim, transformando os seres humanos em objetos das relações sociais de produção, quando seu principal caráter deveria ser o de formadora de sujeitos conscientes de quem são como sujeitos históricos, para a partir desta perspectiva formarem trabalhadores.

Estudos como este podem contribuir para a criação de projetos pedagógicos direcionados para a formação na perspectiva do trabalho visando a emancipação do homem, como é o caso dos grupos de trabalho da Anped (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), que sugerem a presença dos educadores na construção dos programas de educação, que nos últimos anos tem se concentrado nas mãos de economistas e administradores.

Por isso neste texto temos como objetivos:

Geral: problematizar o papel da educação básica a partir de 1990.

Específico: discutir a proposta de formação para a educação básica paranaense.

Optamos por realizar a pesquisa deste trabalho de conclusão de curso através de pesquisa e discussão bibliográfica e de análise de documentos normatizadores da educação, como: 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2) Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná para a Educação Básica; 3) Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional do Paraná.

Neste artigo enfocamos as transformações políticas e econômicas que ocorreram a nível mundial, e das quais resultaram um novo modelo de organização social, o neoliberalismo. E como estas transformações interferiram no papel do Estado como provedor das políticas sociais, transformando-as em mecanismos que contribuísse para sustentação desse novo projeto da classe dominante tornando cada vez mais precária a vida daqueles que vivem do trabalho.

Também analisa as duas propostas de formação destinada às classes trabalhadora, a pedagogia capitalista e a socialista. Nesta análise procuramos destacar o que cada proposta recomenda como elementos necessários a formação do trabalhador, assim como, o modelo de cidadão que se deseja formar. Aquele que a partir dos conhecimentos adquirido é capaz de entender o contexto social e trabalhar para que este seja aprimorado, ou o cidadão adaptado que não consegue fazer uma reflexão crítica da realidade.

Apresenta ainda análises de documentos que organizam a Educação Básica e a Educação Profissional no Estado do Paraná, que nos permite investigar os processos de criação/recriação e efetivação das políticas públicas para estas modalidades de ensino.

Os desenvolvimentos deste trabalho bem como as considerações a que chegamos poderão ser vistas a seguir.

A educação básica, gratuita e assegurada pelo poder público, se configura como a única porta de acesso para o mundo do conhecimento sistematizado, da cultura, dos direitos e deveres do cidadão e do mundo do trabalho para a maior parcela da população, a classe trabalhadora. Por conseguinte, julgamos de grande importância discutir a formação do trabalhador, assim como, verificar qual é o seu papel em um determinado contexto.

Para tanto, esta pesquisa procura analisar a educação escolar a partir de 1990, porquanto, toma como referência as implicações ocorridas na economia mundial a partir da década de 1970, visto que estas mudanças implicaram na formação de um novo cidadão-trabalhador formado pela educação básica.

Para essa discussão traremos a contribuição de Lucia Maria Vanderley Neves e Ronaldo Sant'Anna (2005), que discorrem sobre o tema na introdução da obra: *A nova Pedagogia da hegemonia*².

Os autores procuram abordar o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil a partir de 1980. O foco das pesquisas está sobre a criação dessa nova pedagogia que, segundo os autores, tenta adequar os valores sociais aos interesses dos organismos financeiros.

Os autores ressaltam que no final do século XX, por consequência das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como: um novo modo de produção impulsionado pelas novas tecnologias, a microeletrônica e a informática, surge a necessidade de um novo trabalhador. Neves e Sant'Anna (2005, p. 32), observam que “Tais mudanças qualitativas nas relações sociais de produção passaram a demandar do Estado novos formatos em seu papel educador”.

Também advertem que nesse momento da História o Estado, “sob a direção das frações financeira e industrial monopolista da burguesia mundial [...] apoiando-se nas formulações de Hayek e Friedman” (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 32) passa de Estado de bem-estar social a Estado neoliberal, e, desse modo, deixa de atender as necessidades da população trabalhadora, para promover a iniciativa privada. Com o apoio da classe dominante, trás para si o comando das classes dominadas; cria-se uma relação entre sociedade civil e Estado que juntos desenvolvem práticas de coerção para manter em funcionamento os projetos da classe dominante e garantir a subordinação dos grupos dominados.

² Os autores fazem uma abordagem crítica sobre as intervenções do capital nas práticas sociais; e tomam como referência Antonio Gramsci, que analisou as transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no final do século XX e início do século XXI.

O Estado se encarrega de formar um novo homem, que seja capaz de se autogovernar e viver em sociedade; é esse novo tipo de indivíduo coletivo que irá contribuir para o desenvolvimento dos setores de produção. Nesse contexto, a escola tinha as funções de formar o trabalhador e o patrão; capacitação técnica para produzir mais e capacitação administrativa para os que desempenhariam a função de organizadores das relações de produção. A escola é um instrumento usado para divulgar os ideais da classe dominante e impedir a construção de pedagogia dirigida pela classe dominada.

De acordo com Neves e Sant'Anna (2005), no Estado de bem-estar social a preocupação dos estados capitalistas em desenvolver políticas que garantem direitos sociais ao trabalhador, assim como o acesso à riqueza e a diminuição das desigualdades era uma forma de impedir que as classes trabalhadoras aderissem aos movimentos socialistas. Com o enfraquecimento dos sindicatos e a criação de uma nova consciência política por meio de novas organizações de caráter privado, a política social da classe dominante continua forte e passou a ser aceita por grande parte da população mundial como a única política possível.

Essa aceitação impede que a classe trabalhadora questione a exploração e a dominação. Nas análises de Lúcia Maria Wanderley Neves e Ronaldo Sant'Anna (2005), o Estado de bem-estar social se apresentou como uma etapa preparatória para a implantação das políticas neoliberais, e os benefícios oferecidos pelo Estado às camadas populares davam a impressão de que os trabalhadores estavam sendo atendidos nas suas reivindicações, quando na verdade, eles estavam sendo preparados para aceitar de forma resignada as mudanças que ocorreriam com a chegada do neoliberalismo.

Segundo os autores, nessa nova configuração social o Estado passa de criador de políticas sociais para provedor de políticas compensatórias como a filantropia; dessa forma, camufla as desigualdades sociais e impede o surgimento de manifestações, uma vez que:

Os excluídos desse projeto, contingente mais direta e negativamente afetado pelo neoliberalismo, constituiriam um nítido potencial de protesto e insubmissão ao *status quo*, podendo, pois representar a tentativa de estabelecimento de uma contra-hegemonia. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 33)

Nas análises dos autores, no Estado neoliberal brasileiro a pedagogia da hegemonia tem trabalhado para manter as organizações trabalhistas divididas em pequenos grupos com pouca consciência política e econômica.

No que se refere ao papel da educação, o que podemos observar é que tanto no Estado de Bem-estar Social quanto no Estado Neoliberal as políticas sociais sofreram a influência da classe dominante e, com pouca diferença de um contexto para o outro, a educação para a classe trabalhadora foi pensada de forma que os interesses dominantes fossem contemplados. Esse direcionamento dado a educação do trabalhador no Estado Neoliberal também é objeto de investigação na obra de Acácia Zeneida Kuenzer (1998b), que com base em estudos sobre o tema, observa que as mudanças ocorridas na área da educação estão diretamente relacionadas com as transformações dos setores produtivos. E afirma:

As novas bases materiais que caracterizam a produção (reestruturação produtiva), a economia (globalização) e a política (neoliberal) trazem profundas implicações para a educação neste final de século, uma vez que cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas gesta um projeto pedagógico que corresponde às suas demandas de formação de intelectuais, tanto dirigentes quanto trabalhadores. (KUENZER, 1998b. p. 105)

Kuenzer alega que a política neoliberal determinou um novo modo de produção, originada pela incorporação da ciência e de novas tecnologias no setor produtivo em consequência de um novo modelo de produção. Pressionado pelas mudanças de paradigmas nos processos produtivos o Estado neoliberal precisa formar um trabalhador que apresente “[...] novos conhecimentos e novas atitudes no exercício de suas múltiplas funções, como ser social, político e produtivo” (KUENZER, 1998b. p. 109).

Segundo a autora, no discurso neoliberal a educação tradicional é incapaz de formar esse novo trabalhador por trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, de tal modo, que para atender as necessidades dos setores produtivos são criados e ou adotados novos princípios educativos tendo como base as demandas sociais e produtivas.

E as novas bases materiais de produção, por sua vez, vão gestando suas novas formas pedagógicas no nível das relações sociais mais amplas que vão educando

o trabalhador e o cidadão. Vai nascendo um novo princípio educativo, não da cabeça dos educadores, mais da prática social e produtiva com suas novas determinações (KUENZER, 1998b, p. 109).

Conforme a discussão da autora a educação no contexto de reestruturação das forças produtivas e do Estado neoliberal deve preparar um trabalhador que seja capaz de se adaptar as transformações sociais. Esse trabalhador, além de dominar os conteúdos, deve ser capaz de buscar mais conhecimentos, saber utilizá-los em sua realidade e também ser capaz de produzi-los.

Esse novo princípio educativo também pretende que os métodos educacionais apresentem um renovado processo de ensino-aprendizagem que supere o modelo tradicional.

Contudo, de acordo com a autora, mesmo diante da necessidade de um novo tipo de formação para um novo trabalhador, a formação que predomina ainda é a tradicional, requerendo para a formação do novo tipo de cidadão-trabalhador mudanças na educação escolar.

Compreendemos que tanto a educação quanto o trabalho são essenciais para a vida do trabalhador e podem juntamente contribuir para o seu desenvolvimento e para a satisfação de suas necessidades. O que pode tornar essa relação trabalho-educação nociva à classe trabalhadora, consiste nos objetivos que se pretende alcançar. Portanto, faz-se necessário atentarmos para os discursos dirigidos à educação e principalmente devemos saber quem é seu interlocutor, a quem está representando e a quem favorece.

Os autores que traremos à discussão nos possibilitam entender de que forma as transformações do mundo do trabalho vêm se constituindo caminho para a organização da educação, de modo que a educação escolar contribua para a manutenção da sociedade. Discutiremos o modelo de educação vinculada ao mundo do trabalho, mas, que por ser pensado pela classe dominante busca formar o cidadão adaptado e não aquele que conseguirá fazer a crítica da sociedade excludente como sugere Kuenzer (1998b).

Os textos contidos no livro *Trabalho, formação e currículo*, organizado por Ferretti, Silva Junior e Oliveira (1999) procuram abordar, de forma crítica, as dificuldades que vêm permeando o campo educacional em consequência das transformações que

ocorrem nos campos socioeconômicos, culturais, políticos e, mais precisamente, nos setores de produção e como essas mudanças afetam diretamente a vida dos educadores e da classe trabalhadora. Vimos na seção anterior que a nova sociedade precisa de um novo tipo de cidadão e as novas formas de produção de um trabalhador que atenda à demanda do mercado de trabalho por mão de obra que corresponda aos novos modos de produzir e de conviver.

De início, tais aspectos não se constituem em problema; a preocupação surge quando pesquisadores da área da educação percebem que o interesse pela formação do trabalhador está impregnado pelo ideário liberal burguês cuja preocupação em relação à educação para as classes trabalhadoras consiste unicamente, em transformar a escola num espaço de treinamento para o trabalho sem a preocupação com a formação humana.

Miguel Arroyo (1999, p. 15) ao tratar do tema, enfatiza as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar e o seu papel na formação do trabalhador, alertando para a necessidade dessas relações serem analisadas.

Segundo ele a escola, como existe hoje, foi organizada para adequar o indivíduo ao espaço do trabalho, o espaço físico, o controle do tempo e a disciplina servem para mostrar aos pequenos o comportamento esperado pela sociedade do trabalho.

Nesse processo de internalização de idéias a escola tem um papel fundamental, já que a sua criação se deu justamente pela necessidade de haver uma instituição que ensinasse aos indivíduos, de maneira sistematizada, as principais relações sociais de produção existente na sociedade, assim como os papéis sociais que lhes cabem.

As análises do autor pretendem mostrar que não importa o tipo de mudança realizada na área da educação, introdução de novos métodos pedagógicos, mudanças no espaço físico; as relações sociais continuam as mesmas, moldar as crianças para o sistema. Assim sendo, Miguel Arroyo ao analisar a influência das transformações ocorridas no mundo do trabalho sobre a organização escolar define qual é a função da escola para a classe trabalhadora.

A educação é pensada sempre como decorrência do perfil do novo trabalhador fabril, das metamorfoses do mundo do trabalho, da empregabilidade, da crise econômica, etc. o enfoque permanece da produção para a escola como se

continuasse indiscutível a crença em uma relação linear entre o mundo do trabalho, suas mudanças mais recentes e o mundo da escola e suas tímidas adaptações. (ARROYO, 1999, p. 18).

Logo, a importância de se questionar o papel da escola, na educação básica principalmente, é justamente esta tendência que se apresenta para a formação escolar no contexto político e econômico vigente. A escola transformada em agência submissa aos interesses do mercado, incapaz de prover o desenvolvimento humano completo e que por isso, contribui para o crescimento, disseminação e aceitação da ideologia dominante, e não mede esforços para fazer com que a escola se transforme num negócio lucrativo e, sobretudo, colabore com esse modelo econômico sustentado pela exploração da mão de obra.

Assim, conforme averiguado por Cury (2000), com a expansão do sistema capitalista e a partir da nova configuração do poder político, o Estado;

Redefinido como pressuposto geral da produção, tenta criar e manter as condições de acumulação. Por outro lado, o próprio processo de acumulação e concentração gera uma série de tensões, que desafiadoramente impõe ao Estado a função de manter um certo equilíbrio e uma forma de harmonia social que satisfaçam certos interesses das classes dominadas, desde que se mantenham nos limites permitidos pelas classes dominantes (CURY, 2000, p. 54)

Nesse esforço conjunto da sociedade civil e do Estado para manter o controle sobre as classes subalternas, a educação como política social recebe a incumbência de promover essa manutenção através da naturalização das idéias dominantes, ao passo que veicula a visão de mundo sob o ponto de vista dominante. “assim a educação, escolar ou não, nutre-se de uma ambivalência: o veículo possível de desocultação da desigualdade real se torna também veículo de dominação de classe”. (CURY, 2000, p. 58).

Deste modo, o autor avalia que:

Na sociedade capitalista, a educação se impõe como manifestação-produção mediante as relações de classe. As contradições existentes nas relações de classes se fazem presentes na Educação, dada sua presença imanente na totalidade histórica e social. (CURY, 2000, p. 53)

Essa concepção de educação pensada, como afirma Ester Buffa (1996), para disciplinar o trabalhador para o trabalho e preparar os filhos dos proprietários para os cargos de direção foi preconizada pela classe burguesa no início do capitalismo para atender as exigências das novas formas de produção. É possível constatar que não havia, nesse momento, a intenção de educar para transformação social, para a conscientização da classe trabalhadora. Sabemos que, embora existam inúmeras críticas a esse modelo de educação, ele ainda não foi superado e, na sociedade neoliberal é possível observar a mesma proposta educacional que reduz o trabalhador a um nível inferior de cidadania.

Todavia, alguns estudiosos apostam na possibilidade de rompimento com essa proposta de ensino, a fim de que, a classe trabalhadora receba uma formação escolar que possibilite ao trabalhador um desenvolvimento de suas possibilidades plurais, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto no que diz respeito ao desenvolvimento da compreensão sobre cultura, política, artes, produção, entre outros.

A esse respeito, podemos ver estudos sobre a importância de se colocar o trabalho como princípio educativo que não se configuram como discussões recentes, tampouco, se apresentam como interesse apenas das classes dominantes. É o que podemos perceber nas análises de Mario Alighiero Manacorda (1991) sobre as obras de grandes pensadores do século XIX. Fixaremos nossa atenção aos estudos de Marx sobre a educação para a classe trabalhadora.

Na obra intitulada *Marx e a Pedagogia Moderna*, Mario Alighiero Manacorda (1991) destaca propostas que se repetem em vários documentos escritos por Marx, de uma união do trabalho ao ensino, de uma educação que prepare o homem também para o mundo do trabalho. Marx (apud MANACORDA, 1991), chama nossa atenção para o fato de que essa temática se encontra presente nos discursos dos empresários, na pedagogia capitalista. Todavia, faz-se necessário encontrarmos os elementos que as tornam tão distantes uma da outra em relação ao tipo de homem que desejam formar.

Na sociedade capitalista educar o homem para o trabalho primeiro consistia em formar especialistas, a formação profissional era direcionada a um determinado ramo da produção. Manacorda (1991), trazendo as considerações de Marx sobre esta concepção de formação ressalta que a pedagogia capitalista contribuía para um desenvolvimento

unilateral do ser humano transformando o trabalhador numa pessoa sem consciência de sua totalidade. Assim, em suas observações feitas nos Manuscritos, *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã* afirma que:

O trabalhador se apresenta física e mentalmente rebaixado a uma máquina, tornado pela divisão do trabalho cada vez mais unilateral e dependente [...] no proletariado é feita abstração de toda humanidade, até da aparência de humanidade [...] na medida em que as circunstâncias nas quais um indivíduo vive apenas lhe permitem desenvolver uma qualidade à custa das demais, o indivíduo não vai além de um desenvolvimento unilateral, mutilado. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 69-70.)

Seguindo o pensamento de Marx nas análises do autor, é possível constatar que este homem unilateral formado pela pedagogia capitalista é fruto da divisão do trabalho que determinou o fim da produção artesanal, na qual cada indivíduo era instruído para dominar todo o conjunto de conhecimento necessário ao processo produtivo, para dar início ao novo modo de produção, ou seja, o da fábrica, que separa ciência e trabalho e forma cada indivíduo para executar uma determinada tarefa. Segundo Manacorda, em *Os Manuscritos* Marx retrata este trabalhador que teve a sua capacidade de produção dividida, como sendo menos importante que a máquina, consequência desse desenvolvimento limitado e unilateral.

De acordo com Manacorda, Marx entendia que quando o trabalho, apreendido por ele como “atividade humana” e “manifestação da vida”, se apresenta ao homem dividido e alienado acarreta sérias consequências a formação humana. Sendo assim,

[...] todo homem subsumido pela divisão do trabalho aparece unilateral e incompleto. Essa divisão se torna real quando se apresenta como divisão entre o trabalho manual e o trabalho mental, porque aí “se dá a possibilidade, ou melhor, a realidade de que a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se apliquem a indivíduos distintos. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 46.)

No entanto, como já é de nosso conhecimento que a necessidade de uma nova pedagogia com um novo tipo de formação, assim como a exigência por um novo

trabalhador são reivindicações dos setores produtivos, houve um momento em que a sociedade capitalista precisou modificar sua pedagogia. Este momento está relacionado ao surgimento de novas tecnologias e formas de produção incorporadas ao mundo do trabalho. Manacorda (1991) relata que a necessidade de formação do novo trabalhador foi gerada quando se percebeu que a forma de produção desenvolvida nas fábricas, fundamentada na divisão do trabalho, teria se tornado um atraso para o desenvolvimento econômico.

A partir dessa constatação, é criado o ensino tecnológico com a união da escola ao ensino profissional, baseado na proposta desenvolvida por Marx de formação do homem onilateral³.

Contudo, não há motivos para comemorações, pois, como o próprio Marx fez questão de ressaltar, a concepção de ensino profissional nessa nova fase do capitalismo teve o seguinte direcionamento: “Sempre se partiu daquilo que a burguesia entende por ensino técnico e, conseqüentemente, sempre se deu uma interpretação errada”. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 94).

Entretanto, temos em Marx como já foi relatada anteriormente, a construção de uma pedagogia cuja especificação, consiste na formação do homem onilateral. Em Manacorda, (1991, p. 82) este homem é caracterizado como: “[...] o homem que rompe os limites que o fecham numa experiência limitada e cria formas de domínio da natureza, que se recusa a ser relojoeiro, barbeiro, ourives e se lança a atividades mais elevadas”.

A partir das análises feitas por Mario Alighiero Manacorda sobre o que Marx definiu como sendo a onilateralidade, temos a seguinte colocação:

A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em conseqüência da divisão do trabalho.(MARX apud MANACORDA, 1991, p. 81).

³ Este mesmo termo pode ser encontrado em outras obras com uma escrita diferente. Atores como Gramsci, e Saviani referem-se ao homem omnilateral; em Manacorda aparece como onilateral. Em pesquisa realizada no dicionário etimológico encontramos *oni* e *omni* dividindo a mesma origem e significado. Originário do latim significa “tudo”, “todo”.

Sendo assim, aqui se configura como principal objetivo do ensino, o desenvolvimento da onilateralidade em seu sentido inicial. Também muda a distribuição dos conteúdos e a visão que se tem do trabalho como algo negativo que tira do homem toda sua humanidade e possibilidade de vida plena.

Nessa perspectiva, o trabalho aparece como atividade necessária ao homem “[...] sem a qual a própria vida não subsistiria”. (MANACORDA, 1991, p. 47).

A discussão sobre a necessidade de formação integral do ser humano, o homem onilateral, nos leva a uma nova discussão, a criação da escola para a classe trabalhadora, este será o nosso próximo passo, na tentativa de nos aproximarmos um pouco mais da proposta de educação para a formação humana.

Grandes pensadores, como é o caso de Marx e Engels, acreditavam na possibilidade de transformação da sociedade do capital caracterizada pelas desigualdades sociais e a exploração do trabalhador, em uma sociedade mais justa e igualitária com a implantação do socialismo.

A proposta de criação da escola unitária, que pretende reunir no mesmo espaço formação intelectual e formação para o trabalho, pode ser analisada sob duas perspectivas; a liberal, pensada pela burguesia e a socialista defendida por pensadores como Marx e Engels (apud MACHADO, 1991). De acordo com a autora, estes pensadores viam nesse tipo de educação a possibilidade de transformação social, transformações passíveis de se tornarem concretas, à medida que a classe trabalhadora adquirisse, por meio da educação escolar, um elevado grau de conscientização que lhes permitisse sair da condição de alienação que se encontrara em relação à classe burguesa.

O que podemos observar no texto da autora Lucília Regina de Souza Machado (1991) é que, nesse momento que compreende a última metade do século XIX, o movimento operário na Europa havia conquistado alguns direitos sociais, junto ao Estado burguês.

Nesse contexto de reivindicações surge a proposta de criação da escola unitária no modelo liberal. Contudo, conforme observação da autora, não se pretendia formar nessas escolas o cidadão que promoveria a transformação da sociedade. Em Machado (1991, p. 91-92) é possível observar que a escola unitária burguesa tinha por finalidade preparar o

filho do trabalhador para atuar naquela sociedade, porquanto “[...] além de exercer uma forma de controle social, procurava fornecer certos rudimentos de qualificação”.

Também é possível identificar uma grande distância entre as duas propostas para a criação da escola única, a começar pelos seus pressupostos teóricos. Enquanto a proposta liberal ignora as contradições do estado capitalista e as diferenças de oportunidades criadas por este sistema econômico e, firmada numa ideia fantasiosa de sociedade estabelece a igualdade de direitos e coloca no indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. A proposta socialista elaborada por Marx e Engels volta seu olhar para a realidade.

Para Machado, proposta socialista leva em conta a construção histórica, por isso, sua teoria fundamenta-se em estudos sobre o desenvolvimento do setor econômico classificado por Marx como o “motor” da sociedade capitalista.

De acordo com as exposições da autora, podemos tomar a proposta burguesa de unificação escolar como insuficiente para promover as transformações esperadas pela classe trabalhadora, já que se fundamenta na possibilidade do fim das diferenças sociais. A esse respeito, Machado faz a seguinte consideração:

Este objetivo, no entanto, seria inalcançável, segundo a teoria marxista, no âmbito da sociedade burguesa por entrar em conflito com o estado econômico vigente, caracterizado por profundas contradições entre as classes sociais, que teriam interesses e objetivos diametralmente opostos. (MACHADO, 1991, p. 93-94).

A proposta de criação da escola única para a classe operária desenvolvida pela classe dominante, segundo a autora, era mais uma forma encontrada pela burguesia de manter-se no comando. Por isso, a importância da proposta marxista. Esta, por sua vez, tinha por objetivo a transformação da sociedade.

Segundo Machado (1991) a proposta de unificação escolar desenvolvida por Marx e Engels, tem por finalidade a capacitação da classe trabalhadora para promover essa transformação. Uma das especificidades da escola unitária diz respeito aos conteúdos e a forma como devem ser trabalhados.

No ensino politécnico, os conteúdos ensinados devem ser significativos para o trabalhador, à medida que contribuem para promover o seu desenvolvimento intelectual e o aproxima da realidade por meio do trabalho. Na concepção da autora, (MACHADO, 1991, p. 128) “[...] o ensino politécnico além de contribuir para o desenvolvimento das condições objetivas, atua de modo concreto na formação do indivíduo”. Também é pressuposto da escola unitária, na proposta socialista, acabar com a divisão do trabalho, porque essa divisão, segundo seus idealizadores, impede ao trabalhador desenvolver-se por completo e o prende a um número limitado de funções.

Na obra de Lucília Regina de Souza Machado encontramos o seguinte esclarecimento sobre qual princípio educativo seria trabalhado na escola concebida por Marx e Engels, cuja finalidade da educação estaria voltada para a formação integral do indivíduo e nessa escola, as crianças e os jovens teriam acesso ao ensino que compreenderia:

As atividades de trabalho como integrantes de um único processo, com articulação entre teoria e prática [...] através do qual seriam transmitidos os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, além de uma iniciação no manejo das ferramentas elementares das diversas profissões. (MACHADO, 1991, p. 88-89).

Assim segundo a autora, a proposta socialista, ao contrário da liberal, entendia que a construção de uma sociedade igualitária deveria partir do reconhecimento das desigualdades de direitos provocadas pela sociedade capitalista, defendia também que os ideais de luta para a modificação do contexto social devem ser baseados nas condições históricas e nas necessidades da classe trabalhadora.

Foi com esse entendimento que o Estado do Paraná desenvolveu uma política de formação profissional em nível médio e adotou diretrizes próprias para a Educação Básica.

Apesar das dificuldades encontradas para a implantação da escola para a formação do trabalhador, que não direcione essa formação apenas para as necessidades do capital, podemos perceber que alguns passos estão sendo dados nessa direção. Tomaremos como exemplo o processo de implantação da educação profissional no Paraná.

A partir da análise do documento Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná é possível verificar que o processo de fechamento dos cursos de formação profissional em nível médio entre 1995 e 2003, assim como, a retomada da proposta a partir do ano de 2003, se deu com base no que estava proposto pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB - para a formação profissional.

Os artigos 35 e 36 da LDB trazem, obedecendo a esta ordem, orientações para estas duas modalidades de ensino, Médio e da Educação Profissional em Nível Médio. E formula que essa etapa final da Educação Básica tem como finalidade, permitir que os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental sejam aprofundados de forma que dê ao aluno a possibilidade de continuar estudando. Também deve oferecer preparação para o trabalho através do ensino dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, preparação para o exercício da cidadania e para uma aproximação do aluno com a realidade social por meio dos conteúdos (art. 35).

O artigo 36 da LDB até o ano de 2008⁴ destacava, no parágrafo 1º inciso I, 2º (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008), e parágrafo 4º ((Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008), alguns pressupostos para a formação profissional em nível médio. Assim, sobre esta formação o artigo indica que ela garanta o seguinte preparo para os alunos:

- domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.
- a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Na História da Educação Profissional do Estado do Paraná é possível verificar que essa possibilidade de escolha que a Lei 9394/96 permite trouxe experiências não muito proveitosas para a sociedade. Conforme destaca o documento Fundamentos Políticos e

⁴ Com as alterações realizadas por meio da Lei nº 11.741, de 2008, que a partir desta data passou a normatizar a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica, os parágrafos que foram anulados no artigo 36 da Seção IV da LDB, passaram a fazer parte da Seção IV-A, (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná, entre 1995 e 2003 o entendimento que foi dado ao ensino profissional no Estado acarretou mudanças negativas para a organização escolar pública e prejuízo para formação dos alunos.

Com as mudanças implantadas, a educação profissional passou a ser ofertada como qualificação profissional desvinculada da educação básica e em estabelecimentos de ensino privado. Essa organização fez com que se multiplicasse a oferta de cursos técnicos em espaços privados e financiados com recursos públicos. Ainda que estes não tenham sido os objetivos propostos pelo MEC, a reforma contribuiu para a fragmentação e enfraquecimento da rede pública de ensino, fomentou a oferta de ensino profissional em instituições privadas que passou a substituir o ensino médio e acenava como alternativa ao ensino superior.

No estado do Paraná, essas mudanças implicaram na desativação da maioria dos cursos de educação profissional em nível médio no ano de 1997. Nasce daí a necessidade de reformulação da proposta de educação profissional no estado.

Foi em meio a essa desregulamentação na estrutura da educação básica que se iniciou o processo de retomada da proposta de educação profissional, vinculada ao ensino regular, no estado do Paraná. Essa proposta integra o plano de governo e o projeto de educação na gestão 2003/2006 e tem como base os princípios da gestão democrática. Assim, para a formulação da proposta em questão foi considerado “A educação como direito do cidadão, a universalização do ensino, a escola pública, gratuita e de qualidade, o combate ao analfabetismo, o apoio a diversidade cultural, a organização coletiva do trabalho escolar”. (PARANÁ, 2005, p. 33)

O mesmo documento ainda formula que a educação profissional, passou a ser entendida, e esse entendimento se deu de acordo com o que estava proposto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, como uma formação articulada à educação básica e com o objetivo de formar os alunos para o exercício da cidadania plena para garantir-lhes “[...] à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida” (PARANÁ, 2005, p. 12).

Conforme proposto pelo documento, tomar o trabalho como princípio educativo não significa, apenas, qualificar mão de obra e sim, estender a formação do trabalhador para níveis mais amplos e levá-lo ao entendimento das organizações sociais, políticas e

ideológicas que sempre se orientam a partir de fatores econômicos; “[...] o que implica na escola elaborar sua proposta pedagógica a partir das demandas sociais existentes” (PARANÁ, 2005, p. 14).

De acordo com o documento analisado (PARANA, 2005, p. 33), a educação profissional ligada à educação básica e que tem como base o trabalho deve abranger: “[...] em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sócio-histórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura”.

Acreditamos que a educação profissional pensada dessa forma confere ao trabalhador o poder de escolha, uma vez que a ampla formação lhe permite tanto ingressar no mercado de trabalho quanto dar continuidade aos estudos. Contudo, o poder de escolher uma profissão não será mais importante do que a condição de se posicionar historicamente no mundo.

Foi com esta mesma perspectiva que os profissionais da área da educação no Estado do Paraná elaboraram novas diretrizes para a Educação Básica, repensando o papel e a relevância dessa formação para a vida do trabalhador. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica no Paraná foram fundamentadas nas teorias críticas da educação e tem como expectativa, formar cidadãos capazes de entender de maneira crítica;

[...] as contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos que elas se constituem. (PARANÁ, 2008, p. 14).

Deste modo, entende que a educação escolar pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao trazer como fundamentação teórica as teorias críticas da educação, o documento concebe o homem como um sujeito ativo na sociedade que influencia e sofre influência das situações ao seu redor. Assim sendo, o tipo de educação escolar a qual esse sujeito terá acesso torna-se parte integrante de sua atuação na sociedade. E a função da escola é permitir que todos tenham acesso aos conhecimentos construídos e acumulados socialmente. Estes saberes devem ser organizados e ensinados com a intenção de proporcionar condições que levem o aluno a desenvolver capacidades que contribuam para a transformação da sociedade.

Ao ter em vista a transformação da sociedade, através de uma educação que prepare o homem tanto para interferir na realidade social, na política e na econômica, quanto no conhecimento dos equipamentos utilizados nas atividades produtivas. Para tanto, o currículo precisou ser elaborado, pensando o conhecimento a partir de três dimensões; artística, filosófica e científica.

Entende-se que os conteúdos escolares quando trabalhados nas dimensões filosófica, científica e artística, “[...] possibilitam um trabalho pedagógico que aponte na direção da totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano” (PARANÁ, 2008, p. 21).

Nessa proposta de educação o trabalho com os conteúdos o ensino das disciplinas acontecem de forma contextualizada, por serem entendidos como frutos do processo histórico, portanto, indispensáveis para a formação do cidadão que participa ativamente das transformações sociais.

Considerações finais

Questionar o papel da educação básica na atualidade foi uma oportunidade de conhecer os caminhos percorridos pela educação escolar nas últimas décadas. Também permitiu conhecer a organização social na qual a escola está inserida, quem são seus sujeitos. O entendimento ao iniciar esta pesquisa era de que a escola pública não estava possibilitando formar o cidadão trabalhador.

Ao procurarmos entender a prática educativa dentro do contexto histórico atual retomamos as relações sociais e produtivas como processos decorrentes do desenvolvimento da História. Por isso, entendemos que a formação do trabalhador, nas sociedades capitalistas tem sido adotada como um mecanismo que favorece a legitimação da exploração, o que nos leva a ressaltar a imprescindibilidade de que essa formação deva ser discutida não só entre os representantes do poder econômico, mas por representantes de todos os setores da sociedade, inclusive, os representantes da classe trabalhadora.

A proposta socialista de educação desenvolvida por Marx e Engels e analisadas na obra de Mario Alighiero Manacorda (1991) defende a formação para o desenvolvimento

humano e conclui que para o ser humano desenvolver-se por completo, a educação escolar deve promover o aprendizado com base nos conhecimentos criados historicamente. São esses conhecimentos que precisam compor o centro da discussão sobre a formação a que nos referimos anteriormente.

Nesse sentido acreditamos que este trabalho contribui para reflexões futuras sobre a formação na educação básica realizada pela escola pública. Os esclarecimentos aqui encontrados poderão ser utilizados como reflexão na elaboração de projetos educacionais, formação de professores, assim como, poderão contribuir para a criação de mais conhecimentos relacionados ao tema.

Fazemos essa argumentação porquanto tivemos a oportunidade de conhecer projetos educativos que buscam trabalhar apoiado nessa visão de educação, como é o caso da proposta de educação profissional do Estado do Paraná e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica no Paraná. Os dois documentos trazem a preocupação com a formação do trabalhador e a importância de uma formação que prepare tanto para as atividades produtivas, quanto para o exercício da cidadania.

A formação de qualidade para as classes populares deve ter como base o enfrentamento e a superação das contradições sociais próprias das sociedades capitalistas. O que determina a criação dessa possibilidade em nossa sociedade é o modo como a instituição escolar se apresenta como mecanismo de dominação e conformação a serviço do poder econômico, ou como instituição social promotora do desenvolvimento humano e, por conseguinte, da transformação social.

Referências:

ARROYO, Miguel G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 13-41.

BRASIL. **Lei. 9394, de 20 de Dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 22 ago. 2009.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesa. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSSELA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.11-30.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e categorias. In: _____. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-58.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teóricos metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 55-75.

_____. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 105-125, ago. 1998b.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A proposta socialista de unificação escolar. In: _____. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 88-130.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991. v. 5.

NEVES, Lucia Maria Vanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: _____. **A nova pedagogia da hegemonia estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: ensino religioso**. Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivos/File/diretrizes_2009/ensino_religioso.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. **Fundamentos políticos e pedagógicos da educação profissional no Paraná**. Curitiba, 2005.